

JOAQUIM ROMERO MAGALHÃES



As descrições
escritas e a
identidade do
Brasil: séculos
XVI-XVIII

**JOAQUIM ROMERO
MAGALHÃES** é
historiador e professor da
Faculdade de Economia da
Universidade de Coimbra.



Como se apresenta, em que se fundamenta e como evolui a imagem que vai sendo construída do Brasil ao longo dos séculos, desde o achamento de 1500 até à independência em 1822? Há escassos elementos disponíveis para responder a uma tal pergunta. E nela se incluem não poucos problemas para resolver previamente. Para que não há uma segura resposta, que a tudo possa servir.

Desde logo, ressalta a grande questão de se saber qual a difusão dos textos escritos. Recorde-se apenas que o primeiro e admirável testemunho sobre a nova terra, o de Pêro Vaz de Caminha, através da sua “carta do achamento”, esteve inaproveitado de 1500 até 1817. O que significa que quase nada do que foi observado no momento da chegada à Terra de Vera Cruz esteve na origem do que logo de seguida foi sendo difundido. E por isso a chamada questão vespuciana, porque as cartas do florentino Américo Vespúcio e dos que as aproveitaram mereceram rápida passagem à letra de imprensa. Do mesmo modo, passou a ser conhecido o designado “Relato do Piloto Anónimo” porque o imprimiu Francazano de Montalbodo em 1507 nos *Paesi nuovamente ritrovati*. Que difusão teve a alemã *Nova Gazeta da nova terra do Brasil (Copia der Newen Zeytung aub Pressillg Landt)*? Grande, pequena? Mas alguma. Em contrapartida, talvez nem sequer valha a pena perguntar quantos poderiam ter tido acesso ao muito oficial “Acto notarial de Valentim Fernandes”, ou às cartas de d. Manuel, ou às dos mercadores italianos estantes em Lisboa – antes do século XIX e da sua revelação pelos eruditos...

Destes primeiros relatos e fragmentos de apressadas descrições podemos supor que algumas impressões tivessem tido larga difusão pela Europa culta. Mas será de nos perguntarmos ainda se quantos para além do Atlântico começaram a emigrar dispunham de algum conhecimento concreto sobre a terra, se saberiam sequer que existia essa informação sobre tão longínquas paragens. Apesar do seu êxito editorial, não muitos em Portugal ou no Brasil, tampouco teriam lido o testemunho de Hans Staden – *Warhaftige Historia und Beschreibung eyner Landtschafft Wilden, Nacketen Grimmingen Monshfresser Leuten, in der Newenwelt America gelegen* –, só publicado em meados do século (1557). O que é pouco provável, para não dizer nada provável.

Como quase sempre acontece quando nos debruçamos sobre estas questões de fontes, temos apenas vestígios dos registos das emissões produzidas, ficando em perfeita ignorância quanto à respectiva recepção pelos que em cada momento se podem considerar os “consumidores” da informação disponível.

Informação esta é aqui para reconhecimento do concreto, porque isso seria o importante. Construção e representação de um espaço novo e ainda não descrito, que ficava em aberto para ser explorado e ocupado. Onde provavelmente, por força da transmissão oral e dos *topoi* dos conhecimentos generalizados entre a gente ilustrada, também ganhava grande força motivadora a dimensão mítica. Marcada pela cultura greco-romana. Para recordar apenas um episódio com sequência, frei Gaspar de Carvajal conseguiu mesmo ver as famosas amazonas a lutar à frente dos seus tributários quando da expedição de Orellana, pelo rio que lhe tomaria o nome, em 1542. “Estas mulheres são muito brancas e altas, têm o cabelo muito comprido e entrançado e revoltado na cabeça; e são de grandes membros e andam desnudas em pêlo, tapadas as suas vergonhas com os seus arcos e flechas nas mãos fazendo tanta guerra como dez índios”... Dominante presença da história e histórias antigas que o Humanismo cultivava e que filtrava (e procurava adaptar) à informação *de visu* que ia sendo obtida. Porque essa bagagem cultural anterior não era uma realidade que pudesse ser afastada ou que em menor ou maior grau não contaminasse o que ia sendo escrito e – há que supô-lo – dito. Mas a experiência das coisas, as vivências dos que percorriam as novas paragens, começavam a sobrelevar aos dizeres dos antigos – como se vê logo pelos contemporâneos *Naufragios y Comentarios* de Alvar Nuñez Cabeza de Vaca (1555). As coisas começavam a mudar, porque outra era a utilidade buscada e outros os pontos de referência que tinham de ser utilizados.

Com o seu *Tratado da Terra do Brasil* – e depois com *História da Província Santa Cruz a que Vulgarmente Chamamos Brasil* –, Pêro de Magalhães Gândavo pro-

cura dar a conhecer “em breves palavras a fertilidade e abundância da terra do Brasil para que esta fama venha a notícia de muitas pessoas que nestes Reinos vivem com pobreza, e não duvidem escolhê-la para seu remédio”. Propaganda de emigração que o leva a escrever uma pequena e pouco detalhada informação, a suficiente para fazer passar o seu recado. Para o que adopta o velho e provado esquema das corografias: nome da terra, localização, extensão, senhoria, actividades produtivas, população. A que vai acrescentar aquelas que lhe parece serem as possibilidades que se abrem na nova terra. Por observação ou por suspeita. E alguma coisa do gentio dela, não deixando de destacar o canibalismo que continuava a impressionar fortemente os europeus.

O seu propósito era o de fazer propaganda das boas condições da terra e a ela atrair quantos quisessem emigrar, porque apesar da distribuição das capitânicas (1534) e da instalação do governo-geral (1549) a população ainda era escassa. Assim, logo ao descrever a capitania de Itamaracá explicita: “Há nesta capitania muitas e boas terras pera se povoarem e fazerem nelas fazendas”. Tipo de informação essencial para esse atrair à emigração dos potenciais interessados. Na capitania do Espírito Santo se podem fazer algumas povoações “e conseguir proveito das terras viçosas que por esta costa estão desertas”. E assim por todo o Brasil se abrem possibilidades a quem nele se queira fixar. A descrição de Pêro de Magalhães Gândavo não é optimista, mas mostra com clareza o que se encontra em aberto para quem se quiser arriscar a ir para lá viver. Prosa que teve a boa sorte de ser impressa em 1576 – e ainda por cima com o patrocínio poético de Camões. Mas uma vez editada em letra de forma, não mais tornou a ser difundida. Talvez porque depressa a realidade se alterou e o que ficara escrito perdera actualidade. E a sua difusão não terá sido a maior.

Mas já de trás vinha uma outra via de divulgação, que é de presumir muito mais eficaz. Uma das formas da Companhia de Jesus se manter informada do que os seus membros andavam fazendo nas várias pro-

víncias consistia na redacção anual de uma carta que era enviada para Roma, ao Geral. Assim se registavam e passavam as notícias consideradas importantes para o desenvolvimento do instituto, e se relatavam acontecimentos, sobretudo edificantes. Que depois eram difundidas por colégios e casas professoras. Quanto mais exemplares, melhor o efeito a extrair das cartas.

Escreveu-as no vivo do espanto pela novidade da terra e dos homens do Brasil Manuel da Nóbrega. Outros as redigiram já com mais experiência e com mais sabedoria literária, entre os quais José de Anchieta, recheando as suas missivas de importantes observações, não apenas sobre o estado das almas mas do que se passava nas terras. As cartas cumpriam funções de vivo exemplo a que se destinavam, tendo até havido traduções publicadas e largamente divulgadas. Além de que muitas delas corriam mundo na internacional linguagem do latim.

Tendo a Companhia de Jesus um como que sentimento de posse relativamente ao Brasil e às suas gentes, o interesse dos padres passava por que houvesse um pleno conhecimento do que por lá iam fazendo. O que nem sempre garante o integral valor das informações registadas. No entanto, transparecem notas vivas do maior interesse, naquelas em que a edificação das almas não implica distorções piedosas – como o sempre exagerado número dos catecúmenos ou os sempre provisórios resultados da evangelização. Quase sempre entusiásticos, pelo menos às primeiras impressões. O desânimo também emerge, porque era muito volátil o cumprimento por parte dos naturais dos preceitos da nova religião.

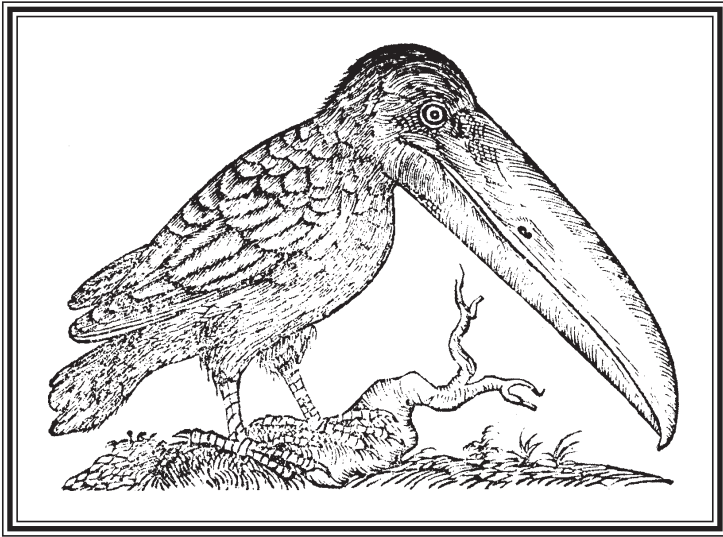
Os jesuítas não se limitavam, porém, a apresentar as suas obras e os seus feitos exemplares. Homens cultos, de formação humanista, procuravam entender e explicar o que viam e observavam. E assim escrevem sobre plantas e animais, ou muito especialmente, sobre os índios. José de Anchieta vai mais longe. Escreve em 1584 um primeiro esboço de uma história do Brasil. Alinha governadores e bispos, conta dos índios e das suas relações com os portugueses nos diferentes núcleos de co-

lonização. Rascunha sobre a vinda dos primeiros jesuítas com Tomé de Sousa, dos segundos com d. Duarte da Costa, e dos que adiante se lhes foram juntando. Desenvolve a descrição das ocupações e trabalhos da Companhia, dos seus colégios e das virtudes dos provinciais. Passa depressa sobre as relíquias que iam coleccionando, e demora-se um pouco mais sobre os costumes dos Brasis. Que conhece bastante bem. E termina com um ataque aos brancos e ao que fazem tiranizando os índios, o que tem como resultado impedir as conversões. Forte condenação. Outras informações sobre a terra e sobre os seus naturais, seus homens e suas mulheres, seus usos e práticas se ficaram a dever a Anchieta. Como a outros. Embora o proselitismo jesuíta esteja bem à tona, há que reconhecer que desses escritos resulta um excelente conjunto de informações sobre a terra e as suas gentes.

Excelente observador se revela também o padre Fernão Cardim, alentejano transplantado além-mar. Por volta de 1584 descreve o clima e terra do Brasil, que é uma apresentação das “coisas notáveis”, dos animais e das plantas que aí havia ou já se cultivavam. No mesmo intento de apresentação constam os índios, seus costumes, adoração e cerimónias. Também se lhe deve uma missiva relativa a uma longa viagem e missão jesuítica efectuadas de 1583 a 1585. De grande interesse pela soma de informações que transmite sobre o conjunto do espaço de missão, e não apenas sobre a vida religiosa e social.

Nada do que havia no Reino aí faltava, e muito mais abundava naquilo que o Reino não tinha. É a sempre subjacente visão edénica que os jesuítas transmitem. A crer em Fernão Cardim, ou a aceitar como realidades os seus desejos, a terra cresce e transforma-se: “Em fim esta terra parece outro Portugal”.

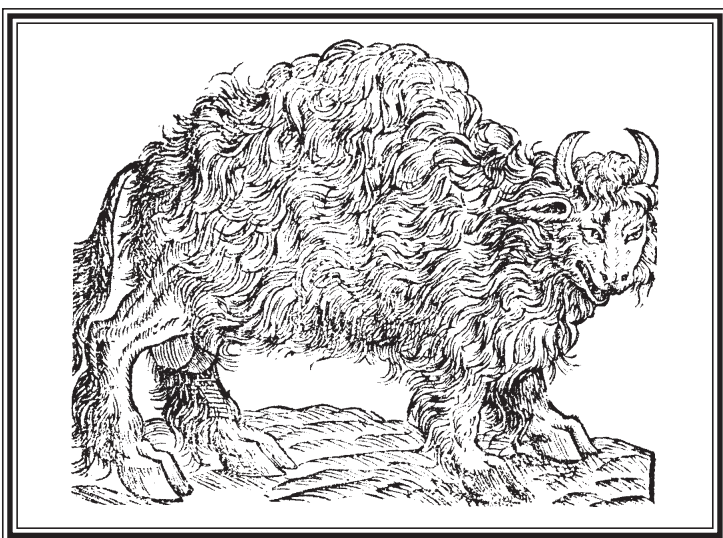
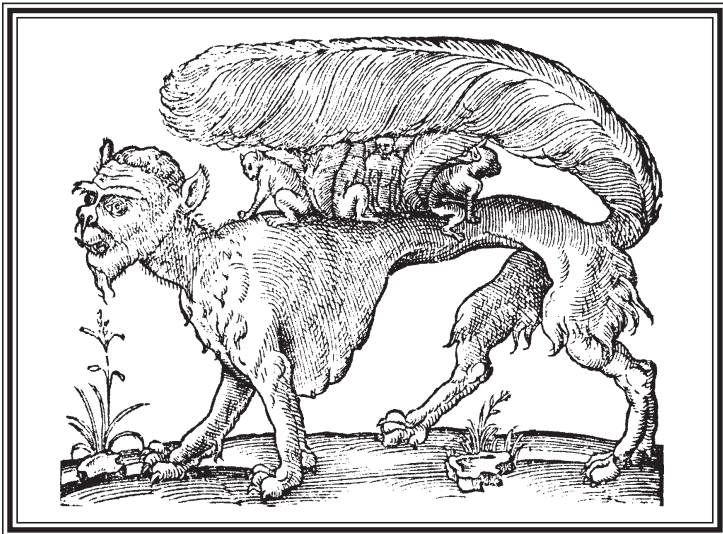
Grande fortuna teve o escrito do frade cosmógrafo André Thevet, intitulado *Les Singularitez de la France Antarctique autrement nommée Amerique & de plusieurs Terres & Isles decouvertes de nostre temps*, saído em Paris, em 1557. Nascido no princípio do século em



Angoulême, franciscano, ao serviço do rei de França como cosmógrafo, Thevet será dos primeiros europeus a descrever o que viu e ouviu contar no Brasil, onde esteve pouco mais de dois meses, em 1555-56. Ido na expedição comandada por Nicolas de Villegagnon, pouco por ali se demora. Mesmo assim o suficiente para deixar algumas notícias de muito interesse sobre o novo continente. “Singularidades” muito estimadas, pelo que o relato foi reimpresso duas vezes no ano seguinte – 1558 –, merecendo pronta tradução em italiano – 1560 e 1584.

Contra André Thevet escreve Jean de Léry, que pela mesma altura viveu no Brasil. Calvinista, vem de Genebra para o forte de Coligny na Baía de Guanabara em 1556. Aí permanece até 1558. Regressado a Genebra, tardará a publicar a sua *Histoire d'un Voyage en Terre de Brésil* –1578 –, a que seis edições posteriores e tradução latina asseguram difusão por toda a Europa. Obra de um pastor protestante, irritado com as falsas ou apressadas informações de Thevet, que procura rebater. Das *Singularidades* diz Jean de Léry estarem inçadas de mentiras. O que, bem vistas as coisas, é polémica religiosa e não propriamente levantada a propósito do que ambos puderam observar da terra e das gentes do Brasil.

A *Histoire d'un Voyage en la Terre du Brésil* resulta de uma apurada observação, de quem durante algum tempo viveu empenhadamente esse ensaio de estabelecimento dos franceses no Brasil. Como Léry diz, Thevet só por lá esteve dez semanas... Ainda por cima acamado. Léry não. Sempre atento, encanta-se com a Baía de Guanabara e descreve os homens e mulheres do Brasil, como descreve os seus alimentos, as aves e os animais selvagens ou os irritantes insectos. Sabe dos ritos religiosos e familiares, diz da guerra e da hospitalidade, dos comportamentos na doença e perante a morte. Procura saber alguma coisa da origem dos grupos tupinambás e tupiniquins e da língua que falavam. Como era inevitável, demora-se sobre o canibalismo que considera como um ritual guerreiro e não como uma forma corrente de alimentação – mesmo se admite que os incolas con-



sideram a carne humana “maravilhosamente boa e delicada”. É a mais completa observação e divulgação do Brasil e dos seus naturais até então impressa na Europa. A que as várias gravuras muito ajudam.

As impressões de atentos mas, por força, superficiais observadores irão sendo deixadas para trás. Impõe-se agora a visão muito mais rica dos que constroem uma vivência muito directa do objecto que intentam apresentar. E que precisam que esse escrito seja convincente para obter do poder real o apoio necessário a pretendidas expedições de prospecção de metais para o interior. Para mostrar a seriedade do seu propósito descreve Gabriel Soares de Sousa o Brasil como um todo. E fá-lo com conhecimento do objecto.

Interessa-se Gabriel Soares de Sousa não só pela terra, sua história, geografia e enumeração de recursos. Sabe ou compila dados sobre as árvores e frutos comestíveis, sobre as plantas medicinais, as madeiras, as aves, os insectos, os mamíferos, os peixes, os batráquios, os répteis. Das gentes tem bom conhecimento dos tupinambás, de que apresenta um quadro bastante pormenorizado, o mais perfeito até então. Com isto nos dá um muito completo relato de uma vida vivida a fazer avançar a colonização no Brasil. Significativamente nada pormenoriza quanto ao que se suspeitava sobre esmeraldas, ouro e prata.

Os índios são a primeira e principal dificuldade com que ainda se defrontam os colonos portugueses no Brasil, nesse ano de 1587. Com poucas excepções, o retrato traçado e transmitido por Gabriel Soares de Sousa mostra a população branca – ou mestiça de brancos e índios – acuada a uns poucos centros habitados, reduzida a uma vida quase impossível, fazendo frente a ferozes naturais que quando podem destroem engenhos e fazendas.

Como fundamento ao propósito revelado pelo roteiro de Gabriel Soares de Sousa de mostrar “as grandes qualidades do Estado do Brasil”, está um alvitre para o governo proceder empenhadamente à defesa militar – fortificando os portos – e à aplicação de capitais como meio de assegurar a

colonização de tão bela terra, “capaz para se edificar” nela um “grande império”. O que não tardou a acontecer, mesmo se não houve o investimento desejável nas condições de defesa.

Tendo passado à Índia em 1602, o francês Francisco Pyrard, natural de Laval, escreve as suas andanças pelo Índico e pela Ásia em 1611. Tendo no regresso de uma viagem atribulada tocado no Brasil, aproveita para transmitir as suas observações. Não é de estranhar que reivindique para os franceses a descoberta do Brasil. Era ainda a nostalgia da frustrada França Antártica.

A Bahia que Francisco Pyrard vê e descreve – *Voyage de Pyrard de Laval aux Indes orientales (1601-1611)* – é já uma cidade com o seu aparato urbano, em 1610. Facilitando a ligação entre a praia e o alto da cidade, um engenhoso elevador chama a atenção do viajante. Cidade portuária, com os seus armazéns e com uma “bela e grande rua, bem povoada de toda a sorte de lojas de mesteres e artífices”. Cidade portuguesa com a sua sé, com colégio de jesuítas, com misericórdia, hospital, onde aquartelam três companhias de infantaria e residência do vice-rei. Com muitos conventos – franciscanos, bentos, carmelitas. Cidade portuguesa: “os portugueses governam-se no Brasil em tudo como em Portugal e não como nas Índias orientais”. Observação pertinente.

A riqueza principal é o açúcar: “não julgo que haja lugar em todo o mundo onde se crie açúcar e tanta abundância como ali. Não se fala em França senão do açúcar da Madeira e da Ilha de São Tomé, mas este é uma bagatela em comparação com o do Brasil”. Aí já estavam em laboração cerca de 400 engenhos. Isto na costa, entre Pernambuco e a Bahia.

Ao contrário da generalidade dos portugueses que inicialmente com o Brasil se encantavam e nele encontravam um como que paraíso terrestre, este francês acha a terra muito má, incapaz de servir para habitação se não fosse o atractivo pelos rendimentos do açúcar e do pau-brasil. Não escapou ao seu olhar atento a distinção entre a agricultura do açúcar e do tabaco para

Na página anterior, Thévet, As Singularidades da França Antártica

exportação e as culturas para sustentação. Estas fornecem arroz, milho grosso e miúdo, raízes de mandioca, batatas e outras. Milho não comiam os homens, dando-o aos animais. Criam gado e aves. Há frutas com abundância, laranjas, limões, bananas, coco e gengibre verde. Este só pode ser levado de conserva, para não fazer concorrência ao asiático. Belas hortas cheias de boas hortaliças, alfaces, repolhos, melões, pepinos, rábanos. Visão elementar, superficial, que indica alguma coisa do que viu. Mas apenas com interesse lúdico, curiosidade distante de quem nada propõe relativamente ao futuro da terra. Assim como curiosidade que era, saiu dos prelos em 1611 (com reedições logo em 1615 e 1619). Num tempo em que em França havia quem preparasse a expedição que veio a fundar bem longe, no Norte, São Luís do Maranhão.

Entretanto os escritos portugueses – com excepção de Pêro de Magalhães Gândavo e da sua *História da Província Santa Cruz a que Vulgarmente Chamamos Brasil* (1576) – iam ficando manuscritos. Obras de interesse geral como a de Fernão Cardim (*Tratados da Terra e Gente do Brasil*) ou como a de Gabriel Soares de Sousa (*Tratado Descritivo do Brasil em 1587*) não passavam ao público em forma impressa. Não parece de aceitar que tivesse sido o acaso que levou a que quase todos estes escritos tivessem ficado inéditos, embora não inteiramente desconhecidos. No entanto, e apesar da larga difusão dos manuscritos corrente ao tempo, a impressão significava uma publicidade acrescida, que as autoridades talvez não estivessem interessadas em promover. Porque apontavam suspeitas de riquezas que convinha manter em segredo. Se bem que muito se buscasse o ouro sem que se encontrasse, nem por isso se desesperava. Mais valia segredar do que assoalhar uma existência de que havia fortes indícios? E que continuava a atrair aventureiros? Era uma questão de defesa nesse fim de século em que os impérios português e castelhano se viam acossados um pouco por todos os seus domínios? Assim parece.

Em 1627 frei Vicente do Salvador escreve a primeira *História do Brasil*. Que

também ficou por imprimir. “Da largura que a terra do Brasil tem para o sertão não trato, porque até agora não houve quem a andasse por negligência dos portugueses, que, sendo grandes conquistadores de terras, não se aproveitam delas, mas contentam-se de as andar arranhando ao longo do mar, como os caranguejos”. Esta murmuração do frade franciscano quanto à “negligência dos portugueses que se não aproveitavam nas terras do Brasil” relaciona-se muito directamente com não haver uma continuada prospecção de metais preciosos que se achariam no interior. Porque só por essa falta de persistência entendia frei Vicente que ainda não tivessem sido encontrados. Sendo as terras do domínio castelhano confinantes, não parecia concebível que aí se tivessem descoberto “tantas e tão ricas minas” e Portugal continuasse sem as possuir. Mas a vida dos colonos junto da costa era indispensável para a comercialização dos produtos agrícolas, em especial do açúcar. Como se diz da Bahia – e pode generalizar-se – “todo o meneio destas gentes é por água”. Não menos isso contava para a defesa dos moradores, que ficariam desprotegidos pelos matos, que o gentio bravo habitava, nas palavras contemporâneas de Diogo Campos Moreno (no também inédito *Livro que dá Rezão do Estado do Brasil*, de 1612, como também por publicar ficaram os *Diálogos sobre a Grandeza do Brasil*, de Ambrósio Fernandes Brandão).

Entretanto os franceses não desistiam de uma instalação no Brasil. O que concretizaram, agora na costa Norte, no Maranhão, fundando a cidade de São Luís em 1612. De pouca dura, pois estavam de saída em 1615. Porém isso valeu para que Claude d’Abbeville escrevesse a *Histoire de la Mission des Pères Capucines en l’Ile de Maragnan*, e com a *Suite des choses plus mémorables advenues en Maragnan, les années 1613 et 1615* por Yves d’Evreux.

Sobremaneira importante para o conhecimento do Brasil – ou de parte do Brasil na Europa – vai ser a presença holandesa em Pernambuco. O grupo por que se fazia acompanhar João Maurício de Nassau cons-

truirá a partir do Recife uma obra ímpar em informação descritiva. E ainda uma notável cartografia, esclarecedora para o conhecimento da terra. E esclarecedora do cuidado dos novos senhores no apuramento desse saber. Para apenas tomar um famoso autor, Gaspar Barleus (*Rerum per Octennium in Brasilia*), torna-se patente que consegue dar muitas informações sobre o que então foi sendo visto e observado, descrevendo e dando pormenores da natureza, dos recursos e da vida na colônia. Para além dos feitos heróicos e das manifestações de grandeza da personagem principal, o cenário não resulta apoucado. Porque tem o cuidado de situar os acontecimentos, para elucidar a narrativa. Seja no Brasil, em África ou na Europa.

Como bom holandês, Gaspar van Baerle não deixa ainda de quantificar gastos, apresentar estimativas para o que se ganhou e para o que se perdeu. Para isso lança mão e incorpora no seu escrito informações várias, descrições, relatórios, cartas. Os leitores dos Países Baixos terão ficado a conhecer com algum pormenor o quadro em que se desenrolara a actuação de um grande comandante militar ao mesmo tempo que notável administrador. E homem de cultura. Também ao louvor do comandante-administrador se dedica Joan Nieuwhof na sua *Gedenkweerdige Brasiliaense Zee- en Lant Reise*, que continua a narrativa encetada por Barleus. Ao mesmo tempo vão sendo conhecidas pinturas de Frans Jansz Post, de Albert Eckout, bastantes delas difundidas por meio das gravuras abertas por Zacharias Wagner (incomparavelmente mais esclarecedoras do que as frustes ilustrações de Hans Staden ou Jean de Léry). A imagem do Nordeste brasileiro, refeita na Europa, passa a ser muito mais completa e precisa.

Descrições a que da parte portuguesa apenas se poderia contrapor a *Crónica da Companhia de Jesus* de Simão de Vasconcelos (1658). Porque ao relato edificante da chegada e primeiras obras dos apóstolos jesuítas no Brasil lhe antepõe uma cuidada descrição da terra e das suas gentes. Que, tendo como título *Notícias Antecedentes*,

Curiosas e Necessárias das Cousas do Brasil, deverá ter sido o mais divulgado contributo impresso português sobre a terra e as gentes brasileiras no século XVII. Todavia, sem ilustrações.

Mas teriam aqueles trabalhos dos protestantes do Norte corrido em Portugal? Não parece. A censura estaria atenta. Além do que dizia respeito à religião, havia que não lembrar a humilhante ocupação neerlandesa do Recife. E por isso da parte portuguesa se respondia com uma séria produção narrativa e testemunhal, sobretudo interessada nos feitos militares: frei Manuel Calado, d. Francisco Manuel de Melo, Francisco de Brito Freire, frei Rafael de Jesus. Que se esgotam com o tema militar de que tratavam.

Em 1711 um jesuíta fez publicar sob o pseudónimo de André João Antonil uma obra intitulada *Cultura e opulencia do Brasil por suas drogas, e minas, Com varias noticias curiosas do modo de fazer o assucar; plantar, & beneficiar o Tabaco; tirar Ouro das Minas; & descobrir as da Prata; E dos grandes emolumentos, que esta Conquista da America meridional dá ao Reyno de Portugal com estes, & outros géneros, & contratos reais*. Título prolixo de uma magnífica descrição do Brasil de 1711, em especial do Brasil açucareiro. Logo mandada retirar de circulação por ordem régia, pelo que poucos exemplares subsistiram. O autor, que escreve com pseudónimo e que se diz um “O Anónimo Toscano”, terá sido o jesuíta italiano João António Andreoni. Atrevera-se a dar a conhecer por dentro a cultura açucareira e a descrever com pormenor todos os trabalhos e necessidades que nela havia. Com conhecimento de causa. O saber de quem viveu na Bahia durante 35 anos. Não só. Punha também a claro “todos os caminhos que há para as minas de ouro descobertas e se apontam outras que ou estão para se descobrir ou por beneficiar”. Tudo particularidades, em especial os acessos a Minas, que não convinham que se tornassem públicas e acessíveis a estrangeiros.

Na Corte temeu-se que a informação pudesse ter ido longe demais e que por ela

se atraísse gente ao Nordeste e a Minas. Estava-se em plena Guerra da Sucessão de Espanha. Não convinha assoalhar tais notícias e dar indícios da acessibilidade a imensas riquezas de que muitos sonhavam apropriar-se. Tanto mais quanto as ameaças dos franceses ao Brasil ainda estavam em curso. Como se vê das expedições predadoras ao Rio de Janeiro.

Nem sempre de vista, o padre Andreoni descreve com pormenor e rigor muitos dos segredos que andavam bem guardados fora dos espaços brasileiros. Porque de uma verdadeira e pormenorizada descrição se trata. Elogiosa, por vezes exagerada. Sempre fundamentalmente verdadeira. E didáctica. De que alguns capítulos impediram de toda a circulação da obra. Trata-se do “Roteiro do caminho da Vila de São Paulo para as Minas Gerais e para o Rio das Velhas”, em que se “apontam os pousos e paragens do dito caminho, com as distâncias que tem e os dias que pouco mais ou menos se gastam de uma estalagem para outra, em que os mineiros pousam e se é necessário se descançam e refazem do que hão mister e hoje se acha em tais paragens” (cap. X). A que se segue o “Roteiro do caminho velho da cidade do Rio de Janeiro para as Minas Gerais dos Categuás e do Rio das Velhas” (cap. XI), o “Roteiro do Caminho Novo da Cidade do Rio de Janeiro para as Minas” (cap. XII), e o “Roteiro do Caminho da Cidade da Bahia para as Minas do Rio das Velhas” (cap. XIII). Como se esta revelação não bastasse, acrescenta-se ainda o modo de extrair o ouro das minas, de conhecer o minério que contenha prata e de como a separar. Ainda não contente com isso, o jesuíta alarga-se em considerações que revelam a ausência de acatados representantes da autoridade régia por essas paragens.

Dar razão da força e alimentar a tomada de consciência do que valia a grande terra brasileira era um risco e um perigo. Por isso, mais do que por razões de pormenor ou de inconvenientes informações, a *Cultura e Opulência do Brasil por suas Drogas e Minas* tinha de desaparecer. A lenta gestação do sentimento de unidade não podia ser conscientemente sentida. Mas era

decerto pouco desejável que se estampasse um tal rol de informações úteis em livro. E a afirmação da autoridade régia – que começava a fazer-se sentir com a força que o ouro permitia ao absolutismo joanino – não hesita em fazê-lo desaparecer. Havia que aumentar os cuidados para se evitarem as frequentes explosões de descontentamento social que já se tinham experimentado e que eram temíveis.

Com o surgir do Brasil do ouro há necessidade de refazer o conhecimento do Brasil, de obter descrições e de cartografar as terras que de novo vão sendo conhecidas. Dessa necessidade se apercebe o rei, que vai promover a formação e as expedições dos padres cartógrafos, Domingos Capassi e Diogo Soares. Que irão contar com conhecimentos frustes de anteriores exploradores dos sertões. Escreve um padre jesuíta em 1730: “Tenho já junto uma grande cópia de Notícias, vários roteiros e Mapas dos melhores sertanistas de São Paulo, Cuiabá, Rio Grande, e da Prata e vou procurando outras, a fim de dar princípio a alguma carta, porque as estrangeiras andam erradíssimas, não só no que toca ao Sertão, mas ainda nas Alturas e Longitudes”. Era todo um espaço de novo conhecido por força das incursões paulistas que se tornava indispensável bem representar. Para garantir um domínio efectivo e não apenas passageiro. Mapas tinham vindo a ser traçados, muitos deles sem rigor nas coordenadas, um pouco por palpite, um pouco por uma experiência do terreno que fixava erros mas também dava algumas indicações úteis aos que pelos rios navegavam. Porque dos que se aventuravam por esses rios adentro poucos teriam conhecimentos para elaborar instrumentos rigorosos de orientação. Mas tinham por si a experiência de gerações de colonos e sobretudo de índios e mamelucos. Antes de meados de Setecentos, com pouco mais havia que contar. O esforço de delimitação de fronteiras decorrente dos Tratados de Madrid (1750) e de Santo Ildefonso (1777) vai mudar as coisas.

Com o ouro, novo centro económico em Minas Gerais, novos recursos e novos espaços. E também, pela conflitualidade com

os representantes régios e com os emigrantes recentes que depressa queriam enriquecer, uma tomada de consciência da situação em que se encontrava a colônia americana. Em paralelo havia que registrar o passado como base de uma memória identitária. Ao fundar, em 1719, a Real Academia da História, era propósito de d. João V que dela saísse a história eclesiástica e a história civil do Reino de Portugal. Nela tinham também cabimento as histórias dos Reinos e Senhorios dos reis de Portugal. Da história do Brasil se encarregou o baiano Sebastião da Rocha Pitta que lhe pôs o título de *História da América Portuguesa*. Lavrador de canas e coronel de ordenanças, acadêmico da Real Academia da História Portuguesa, da Academia Brasílica dos Esquecidos, talvez formado em Direito Canônico por Coimbra, estava de todo integrado na cultura portuguesa dominante. Não teve, como autor, a mínima atenção para com os sentimentos que já se manifestavam de recusa do Brasil-colônia às formas assumidas pela governação portuguesa. Sentimentos que de uma maneira ainda difusa começavam a surgir entre os nascidos e criados no Brasil, ou há muito lá residentes e que de modo diferente dos portugueses recém-chegados entendiam a terra e as gentes. Menos ainda, é bom de ver, podia Sebastião da Rocha Pitta antecipar sentimentos de independência, cegueira que mais tarde lhe assacaram para lhe denegrir a obra. Injusto julgamento retrospectivo de uma história datada de 1724...

Nos dez livros da *História da América Portuguesa* o acadêmico correspondente da Real Academia da História Portuguesa escreveu as bajulices à autoridade política que uma tal pertença acarretava e seriam de esperar. Mas não deixou de mostrar a terra na sua variedade geográfica, com as suas produções e recursos e com os seus primitivos habitantes [Livro I]. Primeiro essa visão global. Segue-se depois uma descrição das províncias do Brasil, com informações não dispensáveis. Nem sempre um cronista exacto, no entanto o seu orgulho pela terra do Brasil é genuíno e salta a cada página nos feitos que relata, nas poucas descri-

ções que enceta, nos naturais que elogia – ou não naturais mas aí criados, como o padre António Vieira. Quando pode, não deixa de elogiar os “engenhosos filhos” da América Portuguesa. Com sentimentos de orgulho que devem ser entendidos. E que já puderam ser tidos como de ufanismo precoce.

Veja-se o que escreve sobre a guerra dos Palmares, comunidade de escravos fugidos que não minimiza, pois formavam uma “república rústica e a seu modo bem ordenada”, com quem alguns moradores se entendiam a troco de segurança. Também se protege de acusações de mal-dizer usando de artifícios retóricos simples: de um governador do Rio de Janeiro que trouxe de Minas amostras de metal “que o podiam enriquecer” prefere presumir que o tivesse feito para “informação que havia de dar a el-rei da qualidade das minas”. Já tudo tinha sido dito. Para o que ao tempo era possível. Matérias de eventual melindre, como a guerra dos Emboabas com os paulistas em Minas ou a dos Mascates com os mazombos em Pernambuco têm algum desenvolvimento, e escondem mesmo menos do que mostram. E assim as alterações fiscais que ocorrem na Bahia em 1720. Em que aproveita para defender os naturais do Brasil e acusar os “filhos do Reino” e os estrangeiros com eles aliados. Quem quiser que o saiba ler. A fidedignidade essencial da *História* não deixa de satisfazer, se bem que envolta nas roupagens barrocas de um provincianismo áulico a que não poderia ter fugido.

Pelos mesmos anos, embora publicados anos depois pela primeira vez, em 1749, ia o governador e capitão-general do Estado de 1726 a 1729 Bernardo Pereira de Berredo pacientemente registrando os acontecimentos do Maranhão nos seus *Anais Históricos do Estado do Maranhão*. Menos generalista do que Sebastião da Rocha Pitta, apenas interessado em transmitir o que acontecera e o que soubera do que se ia passando na região que governava, colecionou um conjunto variado de notícias sobre o Norte do Brasil de 1644 a 1718. Queria com isto “juntar matérias para o edifício de uma história, que mostrasse bem

a todo o mundo o quanto se dilatam os vastos domínios portugueses”.

Obra escrupulosa e “tão cheia de zelo”, que não ficou arquivo que não examinasse, escritura que não lesse. Também caprichou nas informações militares, tendo consultado sobre isso as relações escritas que encontrou.

Na pobre literatura existente ao tempo sobre a América portuguesa da primeira metade do século XVIII os *Anais* sobressaem como trabalho de boa consciência, se bem que nem sempre de interessante leitura. O estilo barroco e áulico, que seria de esperar, também por aí se encontra esparzamado. Com os *Anais* fica o Estado do Maranhão – Amazônia, Pará, Maranhão e Ceará – a dispor do primeiro grande relato histórico que lhe marca a individualidade. Singularidades que as condições de navegação impuseram e que a política reconheceu como conveniente para administrar esses espaços com independência relativamente ao restante que merecia a designação de Estado do Brasil.

Com as obras de Sebastião da Rocha Pitta e de Bernardo Pereira de Berredo, fica esboçada e ao alcance de muitos a história possível do conjunto da imensa colônia da América do Sul. Espaço que estava a ser considerado central nas reflexões sobre Portugal. A tal ponto que houve mesmo quem disso tirasse as necessárias consequências políticas. O diplomata d. Luís da Cunha, que distanciadamente – de Londres, Paris, Madrid ou da Haia – reflectiu sobre Portugal, avança mesmo em 1735-36 uma proposta radical. “Visionária”, como ele próprio escreve. Que poderia vir a ser lembrada mais tarde. Como foi.

Para ver “florentíssimo e bem povoado aquele imenso continente do Brasil”, deveria o rei de Portugal tomar o título de “imperador do Ocidente”, deixando a Europa e indo lá estabelecer-se. E acrescenta: “na minha opinião o lugar mais próprio da sua residência seria a cidade do Rio de Janeiro, que em pouco tempo viria a ser mais opulenta, que a de Lisboa”.

Bem vistas as coisas e comparadas as vantagens, o Brasil ficava a ganhar a Por-

tugal. Tinha trigo em abundância, na Colônia do Sacramento e no Rio de Janeiro. Nem seria preciso que fosse muito, porque os moradores “vivem muito bem da farinha de pau”. Sal havia na capitania de Pernambuco. Quanto ao vinho, não lhe faltam as “parreiras que frutificam duas vezes no ano”. Só era preciso ter cuidado e trabalhar. “Supondo porém em uma palavra que na América faltam muitas cousas, que crescem na Europa, e é constante que tão bem na Europa faltam muitas e mais preciosas das que crescem na América com esta grande diferença que as que não há no Brasil se podem vir a ter com a indústria e aplicação, porém não há aplicação nem indústria bastante para produzir em Portugal o que há no Brasil, a saber o ouro, os diamantes, sem ser impossível descobrir minas de prata no Maranhão”. Mão-de-obra não faltava, e a emigração depressa se encarregaria de aumentar a população. Para conservar Portugal o rei necessitava “totalmente das riquezas do Brasil e de nenhuma maneira das de Portugal, que não tem para sustentar o Brasil, de que se segue, que é mais cómodo e mais seguro estar onde se tem o que sobeja, que onde se espera onde que se carece”.

Também a língua desempenha um papel de relevo na construção lenta da identidade. E, a exemplo do que ocorrera no século XVI com Camões e *Os Lusíadas*, a poesia épica de temas brasileiros faz o seu aparecimento: *O Uruguay* de José Basílio da Gama (17??) e *O Caramurú* de frei José de Santa Rita Durão (1781). Iguamente a cartografia finissecular mostrará a imagem a que se chegara depois do esforço das demarcações decorrentes dos tratados de limites: a carta da Nova Lusitânia de Silva Pontes. Porém, a cartografia manuscrita, longe de conseguir uma útil difusão, ficava apenas à disposição dos meios oficiais.

De todo o esforço de domínio do espaço e da reflexão escrita resultará finalmente uma visão descritiva global da terra do Brasil, com a informação bem arrumada para se abarcar o conjunto do território: é a *Corografia Brazilica ou Relação Historico-Geografica do Reino do Brazil*, da autoria do padre Manuel Ayres do Ca-

sal. Embora publicada pela primeira vez no Rio de Janeiro um pouco mais tarde, em 1817, já estaria pronta no essencial em fins do século anterior – pelo menos as informações datáveis não ultrapassam em geral os princípios do século XIX, com uma ou outra ainda de 1815 – poucas. Dá o padre Ayres do Casal poucas indicações sobre o seu trabalho. Lá vai no entanto dizendo que se socorreu de manuscritos. Há de ter procurado quem o informasse, pois não pode ter conhecido *de visu* tudo aquilo que descreve. A que consegue dar uma notável unidade.

Bem integrada no espírito das Luzes, a *Corografia* procura antes de mais ser útil aos vassallos de Sua Majestade. Começa, naturalmente, pela história da América e da sua descoberta por Cristóvão Colombo. E o Brasil é considerado como na América Meridional. Concepção de uma história continental. Só depois entra na descoberta, publicando em nota a carta de Pêro Vaz de Caminha. Primeira publicação do relato do achamento da nova terra de Vera Cruz. Só depois de uma breve resenha histórica passa a um sucinto quadro geográfico, arrumado em função do conjunto do território: serranias, cabos, baías e portos principais, ilhas, rios, mineralogia, zoologia – em que trata dos índios, organização religiosa, animais, insectos, aves –, fitologia.

Visão primeira do território apresentado como uma unidade. Só depois dela começa descrever as províncias, iniciando o percurso pelo Sul, pelo Rio Grande. Um

pouco de história, uma enumeração dos rios e lagoas, cabos, portos e ilhas, mineralogia, fitologia e zoologia. Seguem-se as povoações com indicações decerto úteis, como os caminhos que devem ser percorridos. Passa depois a percorrer as demais províncias, terminando em Apêndice com as províncias de Solimões e da Guiana. Sempre seguindo o mesmo esquema arrumado para facilitar a visão do leitor. Estranha é a inclusão do Paraguai – denominando-o Paraná – como província brasileira.

Trata-se de uma atenta corografia. Nela se concretiza um Brasil que é também uma afirmação da nação brasileira – esse Reino do Brasil que figura no título –, das suas riquezas e virtualidades. Não já a América Portuguesa, mas Brasil. Aí sobressai bem nítida, em fins do século XVIII e princípios do século XIX, essa variedade articulada de recursos que torna o território uma unidade destacável do restante continente. Com a obra de Manuel Ayres do Casal fica a dispor-se de uma descrição que transmite o conjunto da terra brasileira.

Que faltava ainda concretizar pela independência política completa. Embora para isso estivesse a contribuir um conjunto de políticas gerais para o todo do território, apesar de não ter esse objectivo. Mas de que acabava por emanar *nolens volens* essa tomada de consciência de uma “personalidade de sentimento” que levaria ao novo Estado e à nação brasileira. Que só ocorreria no tumultuoso enquadramento do final do Antigo Regime.